

País dispensa mesmo a queima de reservas

A Secretaria do Planejamento da Presidência da República, o Ministério da Fazenda, o Banco Central e o Banco do Brasil chegaram ao consenso de que o País pode dispensar o ingresso de dinheiro novo dos bancos internacionais este ano, sem qualquer risco de queimar as reservas cambiais duramente acumuladas, sobretudo às custas da exacerbação do processo inflacionário. Nos três conceitos diversos, a evolução das reservas tem sido favorável: ao final do ano, no conceito tradicional do balanço de pagamentos, deverão chegar a US\$ 12 bilhões; no critério de reservas prontas, chegarão a US\$ 7 bilhões e, na avaliação do Fundo Monetário Internacional (FMI), a US\$ 3 bilhões.

Para o lastro das relações econômico-financeiras do país com o exterior, vale o conceito de reservas prontas, ressalta o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore. Em dezembro de 1983, o Brasil tinha US\$ 2,34 bilhões de compromissos externos em atraso e as reservas prontas tinham saldo negativo de US\$ 1,55 bilhão.

Mas o primeiro semestre deste ano já fechou sem atrasados e o país exibiu excelente disponibilidade em caixa. Em junho, as reservas prontas já somaram US\$ 4,2 bilhões, graças à conjugação de superavit comercial de US\$ 6 bilhões, de liberação de US\$ 4,8 bilhões de dinheiro novo pe-

los bancos estrangeiros e de desembolso de US\$ 1,1 bilhão pelo FMI. Também contribuíram para o crescimento das disponibilidades o saldo positivo de US\$ 300 milhões em outras rubricas da conta de capitais do balanço de pagamentos e o aumento do volume de exportações à vista ou com financiamento de curto prazo.

No segundo semestre, o crescimento das reservas prontas terá ritmo menor, em razão da queda no ingresso de recursos dos bancos internacionais. Mas deverá ser o suficiente diante da persistência do desempenho favorável da balança comercial, conjugado à proporção mais acentuada de exportações-caixa.

Com US\$ 7 bilhões de reservas prontas, o Brasil procura demonstrar muita tranqüilidade para o início da renegociação da dívida a vencer a partir de 1985. Mesmo com o risco de tornar as reservas mais vulneráveis, o Brasil quer ter a dispensa de novo jumbo como trunfo para as negociações com os banqueiros.

Todos os setores do governo acumulam argumentos para assegurar que as exportações brasileiras continuarão a ter em 1985 desempenho favorável, capaz de até permitir o acúmulo de mais reservas, apesar da ausência do dinheiro novo dos bancos privados internacionais ao longo do próximo ano.

Para a área financeira do governo, não existe a ameaça de quebra da pro-

dução agrícola em 1985. Em consequência, a safra normal e a manutenção da política cambial atrelada à inflação efetiva permitirão o crescimento das exportações, favorecidas ainda pela expectativa de certa queda nos juros externos e as projeções de que a economia norte-americana manterá crescimento de 3 a 3,5% ao ano. Com as exportações em expansão, o Brasil espera reduzir para menos de US\$ 4 bilhões o déficit em conta-corrente — projeção considerada conservadora no Banco Central — do próximo ano.

A falta de dinheiro dos bancos não significará o bloqueio do ingresso de dólares. O Brasil já tem assegurado US\$ 1,8 bilhão do FMI, dentro do programa de ajuste trianual, e mais desembolsos de organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Os financiamentos de importação concedidos pelos próprios fornecedores também deverão ter fluxo normal. E para compensar a dispensa do jumbo, o Brasil espera que os bancos concedam mais crédito comercial e também vá negociar o cofinanciamento do Banco Mundial para projetos de desenvolvimento. Na amarração de todas essas linhas, o governo brasileiro entra, no próximo dia 5, em nova etapa de renegociação, com a convocação de que tem reservas suficientes para barganhar firme com os banqueiros.